

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2022 a CCVM apresentou um lucro de R\$ 268.212 mil,

correspondente a R\$ 35,52 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 184.333 mil. Em 31 de dezembro de 2022 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 198,75, um aumento de 20,63% em relação ao período anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 28 de março de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2023
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					
	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021		
Ativo				Dezembro 2022	Dezembro 2021
Circulante		2.122.648	1.919.091	1.341.640	681.545
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.212.620	1.411.690	1.216.022	571.095
Disponibilidades		943	673	103.920	90.816
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.211.677	1.411.017	21.698	19.634
Instrumentos financeiros		30.661	28.190	10.821	14.364
Títulos e valores mobiliários	6	30.661	28.190	241	658
Negociação e intermediação de valores	8	877.632	477.760		
Ativos fiscais correntes		334	297		
Outros ativos	9	1.401	1.154		
Não circulante		730.672	21.015	1.500.859	1.244.197
Realizável a longo prazo		726.905	16.821		
Instrumentos financeiros		713.567	-		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	713.567	-		
Ativos fiscais diferidos	10b	11.174	12.291		
Outros ativos	9	2.164	4.530		
Imobilizado		3.767	4.194		
Imóveis e outras imobilizações de uso	11	7.962	7.974		
(-) Depreciações acumuladas		(4.195)	(3.780)		
Total do ativo		2.853.320	1.940.106	2.853.320	1.940.106

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2020		533.872	-	561	1.625	60.547	468.509	-	1.065.114
Aumento de capital	14	195.878	-	-	-	-	(166.128)	-	29.750
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	184.333	184.333
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	184.333	184.333
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	14	-	-	-	-	9.217	-	(9.217)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	140.116	-	(140.116)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 4,63 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Em 31 de dezembro de 2021		729.750	-	561	1.625	69.764	442.497	-	1.244.197
Aumento de capital	14	-	65.450	-	-	-	-	-	65.450
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	268.212	268.212
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	268.212	268.212
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	14	-	-	-	-	13.411	-	(13.411)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	177.801	-	(177.801)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 10,20 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(77.000)	(77.000)
Em 31 de dezembro de 2022		729.750	65.450	561	1.625	83.175	620.298	-	1.500.859
Em 30 de junho de 2022		729.750	-	561	1.625	75.232	442.497	103.891	1.353.556
Aumento de capital	14	-	65.450	-	-	-	-	-	65.450
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	158.853	158.853
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	158.853	158.853
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	14	-	-	-	-	7.943	-	(7.943)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	177.801	-	(177.801)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 10,20 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(77.000)	(77.000)
Em 31 de dezembro de 2022		729.750	65.450	561	1.625	83.175	620.298	-	1.500.859

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 28 de março de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Imobilizado: Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

(e) Passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% entre janeiro e julho de 2022. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 16%, conforme MP 1.115/22 e Lei nº 14.446/22. Para os meses de janeiro a junho de 2021 a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 15% e de julho a dezembro de 2021 a CSLL foi calculada à alíquota de 20%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2022: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

(h) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

(j) Dividendos e juros sobre capital próprio: Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	943	673
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	1.211.677	1.411.017
Total	1.212.620	1.411.690

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações com prazo original de vencimento superior a 1 ano.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	713.567	-
Total	713.567	-

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de mercado dezembro de 2022	Valor de mercado dezembro de 2021
Títulos para negociação				
Vinculados à prestação de garantias	30.634	27	30.661	28.190
NTN-F	-	-	-	10.325
LTN	10.478	27	10.505	1
Cotas de fundo de investimento	20.156	-	20.156	17.865
Total da carteira de TVM	30.634	27	30.661	28.190

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	Total
Vinculados à prestação de garantias	20.156	10.505	30.661
Total da carteira – dezembro de 2022	20.156	10.505	30.661
Total da carteira – dezembro de 2021	17.865	10.325	28.190

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	536.930	-	166.649
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	877.632	664.350	477.760	392.727
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	14.742	-	11.719
Total	877.632	1.216.022	477.760	571.095

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondente às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

9. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 2.097 (dezembro de 2021 – R\$ 3.868), trabalhistas no valor de R\$ 67 (dezembro de 2021 – R\$ 662), a adiantamentos e antecipações no valor de R\$ 345 (dezembro de 2021 – R\$ 245) e a rendas a receber no valor de R\$ 326 (dezembro de 2021 – R\$ 319). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 29.084 (dezembro de 2021 – R\$ 29.332) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.141 (dezembro de 2021 – R\$ 1.065).

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Obrigações fiscais correntes: Referem-se à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 100.227 (dezembro de 2021 – R\$ 87.510) e impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 3.693 (dezembro de 2021 – R\$ 3.306).

b. Ativos e obrigações fiscais diferidos: A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias	11.174	12.291
Contingências	68	894
Provisão de honorários advocatícios	446	410
Provisão para participação nos lucros	6.433	6.296
Unidade de ações restritas – RSU	4.196	4.648
Outros	31	43
Créditos tributários – ativo	11.174	12.291
Obrigações fiscais diferidas – passivo	241	658

No período foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 7.289 (dezembro de 2021 – R\$ 8.842), tendo sido realizado R\$ 8.406 (dezembro de 2021 – R\$ 7.219). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 11 (dezembro de 2021 – R\$ 588) e realizado no valor de R\$ 428 (dezembro de 2021 – R\$ 2). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 11.174 (dezembro de 2021 – R\$ 12.291) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
58%	10%	19%	10%	0%	0%	0%	1%	1%	1%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. A Corretora considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 8.791 (dezembro de 2021 – R\$ 9.754). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2022 e 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Julho-Dezembro 2022	Janeiro-Dezembro 2022	Janeiro-Dezembro 2021
Receitas da intermediação financeira		118.666	202.552	64.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		118.666	202.552	64.710
Resultado bruto de intermediação financeira		118.666	202.552	64.710
Outras receitas (despesas) operacionais		95.543	194.005	228.775
Receitas de prestação de serviços	13	158.341	303.800	342.421
Despesas de pessoal		(21.207)	(38.507)	(38.390)
Outras despesas administrativas	17a	(19.813)	(32.041)	(37.630)
Despesas tributárias		(21.755)	(40.381)	(37.096)
Outras despesas com provisões		(40)	(472)	(99)
Outros resultados operacionais		17	1.606	(431)
Resultado operacional		214.		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do período, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital da Instituição, com a utilização de recursos da conta de reserva de lucros – estatutária e sem a emissão de novas ações, no montante de R\$ 166.128. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em julho de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de junho de 2021 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 35.000 e a utilização do valor líquido de R\$ 29.750 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 77.000, os quais serão atribuídos a título de dividendos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 11.550. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 31.570. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 65.450 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2023.

15. Benefícios

(a) Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R\$ 681 (dezembro de 2021 – R\$ 671) relacionada a contribuições para o Fundo.

(b) Unidades de ações restritas: Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Dezembro de 2022	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2022	4.406	588
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	4.151	635
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(1.599)	(193)
Transferência/saída de funcionários.....	567	74
Ações em circulação em 31/12/2022	7.525	1.104

	Dezembro de 2021	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2021	9.734	1.168
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	6.611	921
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(3.036)	(318)
Transferência/saída de funcionários.....	(8.903)	(1.183)
Ações em circulação em 31/12/2021	4.406	588

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2022, incluindo encargos sociais, é de R\$ 10.110 (dezembro de 2021 – R\$ 10.921). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 3.468 (dezembro de 2021 – R\$ 5.075), incluindo os encargos sociais.

16. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO. controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/ (Despesas)	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	943	673	-	-
Banco J.P. Morgan S.A.	943	673	-	-
Aplicações em operações compromissadas	1.211.677	1.411.017	133.609	64.084
Banco J.P. Morgan S.A.	1.211.677	1.411.017	133.609	64.084
Aplicações em depósitos interfinanceiros	713.567	-	66.641	151
Banco J.P. Morgan S.A.	713.567	-	66.641	151
Negociações e intermediações de valores	(139.942)	(155.062)	967	911
Banco J.P. Morgan S.A.	190.514	(51.906)	967	993
JP Morgan Securities PLC	(330.456)	(103.156)	-	(82)
Outros valores a receber/(pagar)...	(1.400)	249	(14.412)	(23.115)
Banco J.P. Morgan S.A.	(1.400)	249	(14.412)	(23.115)
Despesas de pessoal	(7.662)	(7.734)	(2.758)	(3.011)
JPMorgan Chase & CO.....	(7.662)	(7.734)	(2.758)	(3.011)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

17. Outras informações: (a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 14.597 (dezembro de 2021 – R\$ 23.137), despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 7.524 (dezembro de 2021 – R\$ 5.802) e despesas com comunicações no valor de R\$ 3.607 (dezembro de 2021 – R\$ 2.625). (b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN. A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(c) Plano de implementação – Resolução CMN nº 4.966: Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.966, que estabelece critérios contábeis para o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui, principalmente, a Resolução nº 2.682 do CMN – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082, do BACEN, aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários. As principais diretrizes apresentadas pela norma são: a) Classificação dos ativos financeiros com base nos modelos de negócios da Instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (SPPJ – somente em pagamentos de principal e juros) desses ativos nas seguintes categorias: Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes e Valor Justo no Resultado; b) Avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros: Probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito e expectativa de recuperação do instrumento financeiro; c) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios de riscos de acordo com aumento significativo do risco de crédito. A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação, estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Levando em conta as diretrizes e requerimentos da nova regulamentação, o J.P. Morgan Brasil elaborou o plano de implementação segregando em duas grandes frentes de trabalho, sendo elas: **Fase 1 - Levantamento e Planejamento:** período estimado de 6 a 12 meses; **Fase 2 - Implementação:** período estimado de 12 meses. A fase de levantamento e planejamento possui como principais desafios a revisão das assimetrias apresentadas pela nova regulamentação e a regulamentação vigente, além de também considerar a revisão da arquitetura tecnológica considerando a extensão das mudanças trazidas por tais normativos. A fase de implementação compreende o desenvolvimento tecnológico e a fase de testes para que a implementação ocorra de forma adequada. O plano detalhado foi apresentado para a Diretoria, tendo sua aprovação no exercício de 2022.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis
Elizabeth Hinden D'Elia
Fabio Jorge Resegue

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6